

Relatório da Consulta *online* às Organizações do Terceiro Setor “Cidadãos Ativ@s”

1. Introdução

Realizou-se, entre 27/12/2017 e 12/01/2018, uma consulta alargada às organizações da Sociedade Civil, através de questionário *online*, com o objetivo de obter contributos que permitam ajustar as linhas orientadoras do novo Programa apoiado pelo Active Citizens Fund/ EEA Grants e destinado à Sociedade Civil em Portugal.

Com o questionário *online*, foi disponibilizado aos potenciais interessados um Documento de Discussão resumindo a proposta do Consórcio vencedor do concurso lançado para o efeito pelos Países Financiadores e, também, o “Blue Book” dos EEA Grants, contendo os setores e áreas programáticas prioritárias definidas.

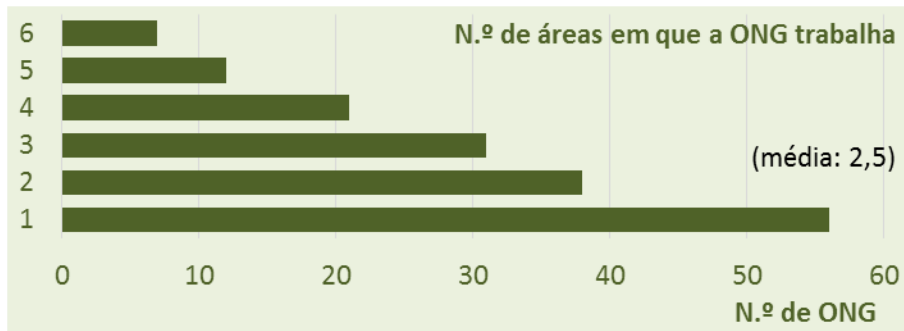
Foram recebidas, até à data limite estipulada, 165 respostas de organizações interessadas, tal como indicado na tabela abaixo. Registe-se a predominância das ONG que prestam serviços sociais, as que trabalham com grupos vulneráveis e as que atuam no domínio do desenvolvimento comunitário.

Respostas à Consulta Online por parte da Sociedade Civil (por tipo de organização)	TOTAL: 165	
ONG que prestam serviços sociais	35	21%
ONG que trabalham com grupos vulneráveis, incluindo minorias étnicas	29	18%
ONG que atuam na área do desenvolvimento comunitário	27	16%
Outros interessados	21	13%
Plataformas ou outras organizações agregadoras da Sociedade Civil	19	12%
ONG que atuam nas áreas de monitorização de políticas públicas, promoção da democracia e direitos humanos	15	9%
ONG que atuam na área da proteção ambiental	10	6%
ONG que atuam nas áreas da igualdade de género, tráfico de seres humanos e violência doméstica	7	4%
ONG que trabalham no desenvolvimento de capacidade das ONG	2	1%

Procurou-se aferir, entre as ONG interessadas, em que áreas é que as mesmas predominantemente trabalhavam. Foram colocadas, como opções, as cinco áreas prioritárias de apoio definidas pelos Países Financiadores e, ainda, a capacitação de ONG:

- Democracia, cidadania ativa, boa governação e transparência..... (82 respostas);
- Direitos humanos e igualdade de tratamento (84 respostas);
- Justiça social e inclusão de grupos vulneráveis..... (130 respostas);
- Igualdade de género e violência de género (52 respostas);
- Ambiente e alterações climáticas..... (31 respostas);
- Capacitação de ONG..... (32 respostas).

Verifica-se que a maioria das ONG interessadas operam em mais do que uma área.



Tipificando as ONG em termos de orçamento anual, verifica-se que existe um equilíbrio entre grandes e pequenas ONG, com 45% das respostas sendo provenientes de organizações com orçamentos anuais superiores a €100 000 e, 55% de organizações, com orçamentos anuais inferiores a esse montante.

Conforme anunciado, o novo Programa terá uma particular preocupação em penetrar mais profundamente no tecido da Sociedade Civil fora das áreas metropolitanas, onde o recurso a fontes de financiamento público é muito menos frequente. Realça-se o facto de que, das respostas recebidas, apenas 31% não são provenientes das Áreas Metropolitanas.

Localização da Sede da ONG		
Área Metropolitana de Lisboa	94	57%
Área Metropolitana do Porto	20	12%
Resto do país	51	31%

Foi indicado, a propósito desta consulta, que o conjunto dos contributos apresentados iria ser objeto de tratamento e de um relatório de síntese para publicação nos *sites* das duas Fundações e para consideração dos EEA Grants no aperfeiçoamento do Programa.

Este relatório está estruturado em função das cinco questões/conjuntos de questões que constituíam o questionário da consulta e retrata as principais conclusões e propostas apresentadas pelas ONG participantes.

2. Desafios que continuam a não ser convenientemente abordados pelo financiamento nacional ou comunitário

As carências/desafios identificados pelas organizações da Sociedade Civil como não beneficiando de financiamento suficiente e adequado para permitir da sua parte uma atuação eficaz, protagonista de mudança, são:

- Eixo 1: Fortalecimento da cultura democrática e da consciência cívica:
 - Educação deficiente em relação aos valores democráticos:
 - Inexistência de uma aposta forte na educação para a cidadania: no âmbito da educação formal e também não formal, os conteúdos relativos a esta área têm sido eliminados ou são extremamente reduzidos, e está ausente a dimensão de cidadania global e da promoção da ação em prol da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Para além disso, a formação de educadores em processos educativos não formais e em métodos alternativos

de ensino (por exemplo: educação artística), que podem potenciar o impacto da educação para a cidadania, é ainda incipiente. É também destacada a necessidade de maior coerência e complementaridade entre as intervenções das ONG e escolas.

- Sistema educativo atual demasiado focado na aquisição de conhecimentos e pouco na aquisição de competências humanas e sociais, essenciais para a promoção de um maior envolvimento dos jovens na sociedade.
- Crianças e jovens constantemente excluídos dos processos de tomada de decisão sobre temas que afetam a sua vida quotidiana ou sobre políticas públicas que os irão afetar diretamente, muitas vezes porque educadores, dirigentes e líderes associativos e pais não têm formação para tal; também não há coordenação territorial para a promoção da participação e exercício de cidadania de crianças e jovens, o que se reflete nos seus comportamentos futuros.
- Falta de interesse pela política em geral:
 - Afastamento dos cidadãos da política: muitos portugueses veem as questões da cidadania e participação apenas como a participação em eleições e, culturalmente, a sociedade portuguesa é mais orientada para a crítica do que para o envolvimento em busca de soluções.
 - Sentimento de desilusão com as estruturas governativas e crescente desinteresse pela política, devido sobretudo à falta de informação ou até desinformação e à linguagem pouco acessível utilizada pelos políticos, administração pública e meios de comunicação social sobre os resultados de governação e processos eleitorais e de participação. Acresce, ainda, um gradual afastamento entre partidos políticos e cidadãos.
 - Processos de participação política, como por exemplo os processos formais de consulta pública, excessivamente burocráticos, pouco transparentes e muitas vezes encarados como uma simples etapa administrativa. Para além disso, há um sentimento generalizado de que as ações de participação por parte dos cidadãos, quando existem, raramente têm impacto, o que justifica a frequente falta de envolvimento cívico e de participação das populações nas tomadas de decisão sobre as questões que mais as afetam.
- Taxas de exercício do voluntariado pouco expressivas:
 - Necessidade de alterar a cultura de voluntariado em Portugal. Um dos principais desafios identificados foi o da existência de um baixo número de voluntários e da dificuldade em manter a motivação dos voluntários que atuam nas organizações.
 - Dificuldade em conjugar as atividades de voluntariado e participação cívica com a atividade profissional. Por outro lado, muitas vezes os voluntários mais jovens encaram o voluntariado apenas como um primeiro passo para conseguir um emprego numa organização.
 - Necessidade de envolver novos públicos no voluntariado: sendo a sociedade portuguesa cada vez mais envelhecida, há uma ausência de programas orientados para a promoção da participação dos mais velhos em ações de voluntariado. Também os jovens NEET (*Not in Education, Employment or Training*) deveriam ser mais motivados para participar em ações de voluntariado.
- Dificuldade na obtenção de financiamento:
 - Financiamento público e privado pouco significativo, a nível nacional e europeu, dedicado ao fortalecimento da democracia e participação dos cidadãos (nomeadamente no que diz respeito aos incentivos ao voluntariado e transparência).

- Uma vez que as ações nesta área não apresentam geralmente visibilidade imediata junto dos beneficiários e podem eventualmente importunar os poderes públicos, não são privilegiadas na atribuição de financiamentos.
- Financiamentos disponíveis estão em regra pouco adaptados aos novos desafios, valorizam intervenções que atinjam resultados de forma muito rápida e em maior escala, promovem uma visão e estratégias fragmentadas de atuação não interligando atores/dimensões/setores e níveis de atuação, estimulando pouco a ação conjunta e partilhada, a dinâmica associativa e a consolidação de movimentos dos cidadãos em prol do bem comum.
- ONG mal preparadas para lidar com esta área: estas organizações são muitas vezes incapazes de apresentar as problemáticas de maneira clara, simples e apelativa para que os cidadãos sejam atraídos e incentivados a participar em ações da Sociedade Civil. Por outro lado, os seus recursos humanos não estão capacitados para implementar ações de advocacia, não conhecendo os espaços de diálogo político e não sendo capazes de reivindicar/negociar direitos e deveres e propor soluções legislativas. Este desafio é agravado pelo fraco apoio financeiro ao funcionamento das ONG que impede a existência de estruturas sólidas para atuar nesta área, e a inexistência de uma estratégia concertada entre as ONG para aumentar o impacto das suas intervenções.
- Eixo 2: Aumento do apoio aos direitos humanos:
 - Persistente desrespeito dos direitos:
 - Persistência e intensificação de preconceitos para com outros grupos sociais (ex.: pessoas de etnia cigana), sendo que continuam a existir dificuldades na integração plena de pessoas provenientes de minorias étnicas e a persistir práticas nefastas como a mutilação genital feminina. Há ainda dificuldades na territorialização da igualdade de género e prevenção da violência, bem como uma diferença salarial crescente entre homens e mulheres.
 - Existência de poucas iniciativas na área da proteção dos direitos LGBTI e *bullying* homofóbico, dos direitos das pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças e jovens com HIV/SIDA, pessoas com diabetes especialmente os mais jovens, migrantes. Existência de poucas iniciativas no combate ao tráfico de seres humanos e no combate à violência doméstica e à violência no namoro. De acrescentar também a inexistência de estímulos a empresas que integrem pessoas com doença mental.
 - Existência de fragilidades na implementação de ações:
 - Insuficiente aposta das ONG em ações de sensibilização sobre o “respeito pelo Outro”, não envolvimento das crianças e famílias na promoção dos direitos humanos, fraca comunicação positiva da diversidade.
 - Beneficiários das ações são vistos apenas como vítimas de desigualdades ou discriminações e não como agentes ativos na mudança, havendo ainda pouca apropriação das soluções propostas por parte dos grupos que sofrem de desrespeito dos direitos. Tudo isto é agravado pelo desconhecimento da realidade e pela falta de caracterização dos grupos que veem os seus direitos desrespeitados, não havendo financiamento para elaborar esses diagnósticos.
 - Formação insatisfatória dos técnicos para trabalhar diretamente com os grupos que veem os seus direitos desrespeitados.
 - Falta de transversalidade das questões da igualdade de género e reduzida perceção de como a desigualdade de género agrava e cria outras vulnerabilidades e desigualdades.
 - Financiamento desadequado:

- Abordagens baseadas nos direitos humanos são menos apoiadas (a nível estatal e da Sociedade Civil) do que as ações de beneficência e assistência social, sendo por isso necessário incentivos mais fortes para a construção de projetos comunitários que abordem estas temáticas.
 - Persistência de abordagens fragmentadas, uma vez que não existem mecanismos de financiamento estruturantes no apoio aos direitos humanos e advocacia (incluindo capacitação das mulheres para o aumento da sua participação na esfera pública). Para além disso, o financiamento existente privilegia projetos de curta duração que abordem temas muito específicos, com metas pouco realistas, o que impede a criação de projetos transversais.
- Eixo 3: Maior capacitação dos grupos vulneráveis:
 - Grupos vulneráveis pouco empoderados - existência de poucos projetos destinados ao empoderamento de grupos vulneráveis: LGBTI, pessoas de etnia cigana, mães de pessoas com deficiência, pessoas com doença mental, portadores do vírus HIV/SIDA ou hepatites virais, ex-reclusos, sobreviventes de crimes, doentes oncológicos, migrantes em situação irregular, etc.. Este facto deve-se, segundo as ONG respondentes, ao facto dos grupos vulneráveis estarem pouco sensibilizados para a importância deste tipo de projetos – estando mais focados na questão da assistência, mas também por serem vistos, pelas entidades, apenas como vítimas e não como cidadãos em cuja autonomização se tem de apostar.
 - Necessidade de intervenções mais inovadoras e adaptadas:
 - Necessidade de maior aposta noutros tipos de intervenção (ex.: programas de transição para assegurar a progressiva integração social dos jovens institucionalizados com mais de 21 anos, empregabilidade de jovens deficientes e acompanhamento pós integração profissional, intervenção precoce na infância, intervenções que privilegiem o uso da arte para reduzir o risco de exclusão social) e falta de respostas integradas, inovadoras e territorializadas, que respondam às reais necessidades dos grupos vulneráveis - têm-se privilegiado respostas de caráter “paliativo” que não trabalham a causa dos problemas.
 - Ausência de diagnóstico e de caracterização detalhada dos grupos vulneráveis e a sua exclusão no processo de definição de projetos e no seu próprio processo de autonomia e capacitação, como um dos principais fatores para a pouca apropriação das soluções propostas por parte destes grupos.
 - Deficiente atuação das entidades da área social:
 - Falta de coordenação e colaboração entre serviços sociais diretos (Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional) e outros projetos (Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local de Base Comunitária, etc.) dirigidos a grupos vulneráveis.
 - Competências desajustadas dos técnicos (falta de formação em novas metodologias e abordagens aos grupos vulneráveis), mas também falta de proximidade entre os técnicos e as populações vulneráveis.
 - Incapacidade das ONG em intervirem ao nível da advocacia em prol de um sistema social e fiscal mais justo, que reduza o número de pessoas em situações de vulnerabilidade.
 - Os desafios relativos ao Eixo 4 são abordados no ponto 4 deste documento.

3. Formas de envolver os jovens tornando-os cidadãos ativos

- O papel da escola e dos espaços de aprendizagem não-formal:

Foi referido que, para melhor envolver os jovens, a promoção de uma cidadania ativa deve começar precocemente. Recomenda-se, nesse sentido, a introdução nos currículos escolares de conteúdos programáticos nesta área, incluindo matérias como desenvolvimento humano, direitos humanos, parentalidade, educação ambiental, economia circular, gestão e economia doméstica. A participação das escolas em ações comunitárias, com particular foco na vertente ambiental deve ser promovida, sendo necessária a aplicação efetiva de tempo para estas atividades não letivas, acompanhada de formação para professores.

A substituição de parte do currículo escolar por atividades de voluntariado deve ser considerada e os jovens que planeiam, desenvolvem e participam nestas atividades devem ser positivamente discriminados ao nível do desempenho escolar. Devem ser promovidas iniciativas de contacto direto dos alunos com outras realidades, no sentido de vivenciarem *in loco* as dificuldades de grupos mais vulneráveis ("visitas de estudo" controladas e preparadas a estabelecimentos prisionais e centros educativos, por exemplo).

Outra prioridade será reforçar a criação de espaços de educação informal ou não formal onde os jovens possam partilhar entre si as suas experiências, com a promoção de *workshops*, oficinas de pensamento crítico e dinâmicas de grupo, como o "*role playing*", que permite aos jovens identificarem-se com casos reais.

- Comunicação e criatividade:

Os jovens aderem mais facilmente a soluções que apresentem uma vertente tecnológica e interativa, e as novas tecnologias são essenciais nestes processos:

- Redes sociais, designadamente as aplicações informáticas para dispositivos móveis com conteúdos do tipo "*faça você mesmo*" ou "*sabia que...?*".
- Plataformas e suportes digitais ajustados às diferentes faixas etárias, sempre na perspetiva de serem capazes de suscitar o pensamento crítico e a responsabilidade individual e coletiva.
- Técnicas características dos videojogos (sistema de recompensas, pontos) aplicadas em situações do mundo real, com o objetivo de resolver problemas práticos ou de consciencializar ou motivar um público específico para um determinado assunto.

Outras formas de envolver os jovens serão:

- Ações culturais e artísticas com as quais estes se identifiquem, onde possam ter liberdade para manifestar a sua criatividade através da música, da dança, do teatro-fórum, entre outras práticas artísticas.
- Ações de proximidade e eventos atrativos em contextos frequentados pelos jovens, em momentos de disseminação dos resultados dos projetos (festivais, eventos desportivos).

- Protagonismo e metodologias participativas:

- Construir ações com os jovens, mais do que ações a eles dirigidas, valorizando as suas experiências, opiniões, ideias e sugestões, e reconhecendo as suas capacidades inovadoras e criativas na forma de olhar e de resolver o mundo à sua volta. Trabalhar com os jovens não apenas numa lógica de "*focus group*" (para a identificação dos problemas), mas também para que participem no desenho dos projetos nas suas diferentes etapas, reforçando o seu protagonismo e poder de decisão. Atribuir-lhes responsabilidades na gestão dos projetos e torná-los coprodutores das intervenções.
- Desenvolver atividades com projeção mediática dando protagonismo aos jovens, torná-los centrais em campanhas de sensibilização e agentes ativos como mediadores interpares. O processo de mobilização e protagonismo dos jovens deve ser encarado e valorizado como uma aprendizagem.

- Articulação com o poder público: Os jovens têm de ser reconhecidos como um recurso das sociedades e são mais facilmente mobilizados se sentirem que a sua voz é ouvida nas grandes

decisões políticas que lhes dizem respeito, pelo que se recomenda que haja representantes (dos jovens) a integrar grupos de trabalho em alguns órgãos consultivos do Estado, nos conselhos diretivos das escolas, nas autarquias e outras instâncias de decisão.

- Projetos que resolvam problemas locais:
 - Desenvolver projetos de curta duração na comunidade em que os jovens se inserem e com resultados práticos visíveis que possam servir de incentivo a uma prática de cidadania ativa progressiva. Promover assembleias de jovens para discutir os problemas locais e encontrar soluções coletivamente funciona como estratégia de mobilização.
 - Reforçar o lançamento de concursos de ideias para levar os jovens a identificar os problemas e ajudá-los a desenvolver mecanismos para a resolução dos mesmos, desafiando-os a procurar soluções de forma continuada. Em todo este processo, e numa lógica de proximidade, devem ser envolvidas as associações juvenis de referência e instituições representativas de jovens.
- Associativismo: Fomentar e apoiar o associativismo juvenil como espaço de aprendizagem, experimentação, participação e decisão, enquanto movimento representativo da população jovem. Deve ser reforçada a divulgação do trabalho das associações juvenis junto das escolas.
- Voluntariado: Sugere-se a criação de uma bolsa de voluntariado juvenil no âmbito do Programa, que permita aos voluntários colaborar nos projetos, a pedido das entidades promotoras. Estes jovens voluntários poderiam eles próprios, posteriormente, desenvolver pequenos projetos de follow-up e/ou que incorporem uma inovação decorrente das aprendizagens ou temática trabalhada.

4. Principais carências em matéria de capacitação

- Principais carências das organizações e do setor da Sociedade Civil em Portugal, em matéria de capacitação

As ONG portuguesas tendem a ser formadas com base em missões e motivações demasiado ambiciosas, permanecendo muitas vezes apenas em modo de sobrevivência, em que não conseguem crescer nem sustentar as estruturas necessárias para alcançar a visão que as move.

O setor da Sociedade Civil caracteriza-se pela fragmentação das organizações, apesar de haver uma sobreposição territorial, o que demonstra a falta de organização, articulação e cooperação entre estas. O setor é composto por organizações constituídas muitas vezes apenas por voluntários e na sua maioria de pequenas dimensões, que se debatem com falta de recursos (materiais e humanos) e de competências técnicas nas mais diversas áreas. No interior do País, aumentam as dificuldades das organizações.

À falta de fundos próprios e de liquidez alia-se uma excessiva dependência do apoio financeiro do Estado, uma crescente esporadicidade de donativos, dificuldades para encontrar novos doadores, para encontrar o tempo necessário para tarefas de angariação de fundos e para diversificar as suas fontes de financiamento, o que, em conjunto com falta de visão e planeamento estratégico coloca em causa a sustentabilidade das organizações.

As reduzidas possibilidades de contratação de recursos conduzem a que muitas organizações sejam geridas de acordo com modelos informais e centralizados, obrigando a uma aproximação entre as direções técnicas e executivas. No entanto, as direções executivas são maioritariamente constituídas por voluntários, o que significa normalmente que ou são pessoas já reformadas e com bastante idade, muitas vezes com ideias e métodos já ultrapassados, ou são pessoas mais jovens mas que têm uma vida profissional ativa com pouca disponibilidade para se dedicarem de corpo e alma a um trabalho tão absorvente como é o de gerir uma organização.

Também às direções técnicas são exigidos conhecimentos em inúmeras áreas para as quais não estão preparadas, nomeadamente competências de gestão, em particular as de natureza financeira – que são amplamente negligenciadas.

Acresce que os períodos intermitentes de financiamento e a lógica de financiamento por projeto geram uma elevada instabilidade e rotatividade nas equipas, inibem e/ou dificultam as contratações a termo e limitam a capacidade técnica e financeira das organizações.

Tendo em conta este cenário, as ONG identificaram as seguintes áreas de capacitação como as principais carências do setor, a que o Programa deveria dar resposta:

- Governação (incluindo ética e transparência);
- Gestão (incluindo estratégia, gestão de organizações, elaboração e gestão de projetos, contabilidade, gestão financeira, gestão de voluntariado, liderança, negociação e gestão de recursos humanos);
- Sustentabilidade (incluindo elaboração de candidaturas, diversificação das fontes de financiamento, autofinanciamento e angariação de fundos);
- Comunicação (incluindo comunicação interna, comunicação externa, *marketing* e advocacia);
- Gestão de parcerias (incluindo mecanismos de cooperação interinstitucional, partilha de recursos e trabalho em rede);
- Formação jurídica (incluindo fiscalidade, regime de proteção de dados e contratação pública);
- Formação técnica (incluindo elaboração de diagnósticos, capacidade de análise, auscultação das partes interessadas e caracterização dos grupos-alvo);
- Monitorização e avaliação de resultados/impacto;
- Tecnologias de informação.

As ONG destacam ainda a consultoria ou mentoria como métodos preferíveis e mais eficazes para a capacitação do que a formação clássica em sala de aula.

● *Papel do novo Programa face a outros instrumentos como a Iniciativa Portugal Inovação Social*

O Programa, tanto através de iniciativas próprias como do apoio às ONG e suas estruturas setoriais, deve ter um papel pro - ativo para fortalecer, capacitar e dinamizar as entidades em que se organiza a Sociedade Civil.

Este papel em nada deve ser coartado pela Iniciativa Portugal Inovação Social, visto que este instrumento de apoio é considerado complementar e compatível com o novo Programa, porquanto:

- não abarca todo o território nacional;
- não cobre todo o tipo de organizações, nomeadamente as de menor dimensão;
- apenas apoia a capacitação de Iniciativas de Empreendedorismo e Inovação Social; e
- só apoia projetos na área da Inovação Social.

Para além disso, é convicção de diversas ONG participantes de que a Portugal Inovação Social não se adequa à realidade da maioria das entidades do Terceiro Setor, porque tem um modelo de financiamento que penaliza as entidades candidatas com exigências que são inadequadas e que, em termos quantitativos, são de difícil execução nas áreas sociais.

Esta fonte de financiamento é percecionada como apresentando grande complexidade, a par de implicar uma elevada capacidade financeira por parte das entidades, associada ao risco de não serem reembolsadas. As candidaturas exigem uma nova linguagem, ainda pouco acessível, com

novos parâmetros de avaliação. A candidatura a apoios para capacitação deveria, ela própria, ser objeto de capacitação.

Estas dificuldades levariam as organizações, nomeadamente as de menor dimensão e sem capacidade para pagar serviços especializados de empresas de consultoria, a não apresentar candidaturas.

- Promoção pelo Programa de plataformas ou outras organizações agregadoras da Sociedade Civil

O Programa deveria desempenhar um papel na promoção de plataformas ou outras organizações agregadoras da Sociedade Civil, de forma a incentivar o trabalho em parceria, num setor que em Portugal se caracteriza por uma fraca cultura de cooperação, de forma a agregar esforços paralelos em torno de problemas comuns.

A criação de plataformas foi vista como uma mais-valia na medida em que pode servir múltiplos propósitos, tais como:

- A construção conjunta de respostas comuns a problemas sociais;
- O trabalho em rede, ao nível local, regional, nacional e internacional, permitindo o intercâmbio de experiências entre territórios;
- A criação de sinergias entre organizações e de economias de escala;
- A ampliação da força política dos seus membros para se afirmarem e promoverem um *lobby* efetivo;
- O reforço da capacidade das organizações para a intervenção na comunidade, face à sua maior representatividade e conjugação de esforços;
- A colaboração com o setor público e privado;
- A partilha de aprendizagens e saberes;
- A consolidação de conceitos e boas práticas;
- O acesso, a pesquisa continuada e o tratamento de informação de forma segura e credível;
- A formação, consultoria e apoio às organizações;
- A replicação de intervenções;
- O apoio aos projetos, nomeadamente através do acompanhamento no terreno de projetos de entidades congéneres que colaborariam com sugestões sobre a sua implementação, durante a execução do projeto.

As plataformas são espaços de inovação por excelência, mecanismos de comunicação entre organizações e quando organizados e devidamente mobilizados, constituem a voz das comunidades que representam. O Programa deveria, pois, capacitar as plataformas do ponto de vista organizacional e apoiá-las financeiramente de forma a garantir a sua sustentabilidade, para que o seu trabalho possa ser coerente e continuado, dando força ao sector.

Algumas entidades defenderam, por seu lado, que o Programa deveria focar-se nas plataformas já existentes, ao nível do reconhecimento externo e com apoios semelhantes aos sugeridos anteriormente, como na capacitação para a colaboração, concertação e co - construção e para uma melhor articulação do trabalho entre os associados, após a devida avaliação e monitorização da rede existente.

5. Soluções para enfrentar os desafios identificados

As soluções propostas pelas organizações da Sociedade Civil portuguesa aos desafios que se colocam nos diversos Eixos do Programa, resumem-se da seguinte forma:

- Eixo 1: Fortalecimento da cultura democrática e da consciência cívica:
 - Promover a educação para a cidadania, designadamente na formação de crianças e jovens para os direitos humanos, valores da igualdade, da democracia e da justiça social, com vista à construção de uma sociedade com maiores índices de participação e inclusão social.
 - Impulsionar os espaços de educação não formal como espaços de formação e ação democrática estrutural.
 - Colocar alunos e professores/formadores a trabalhar em situações reais e problemas concretos, fora do contexto escolar, sobretudo os que se prendem com a educação cívica, para promover maior impacto na alteração de comportamentos dos próprios e dos membros dos agregados familiares.
 - Apostar na criação de clubes de empreendedorismo social e ambiental que incentivem os jovens a ser empreendedores e cidadãos ativos numa lógica de sustentabilidade e solidariedade.
 - Introduzir programas e manuais escolares sobre matérias relacionadas com instrumentos e metodologias participativas ligadas ao desenvolvimento local e envolver as escolas e as universidades na promoção das aprendizagens, bem como na necessária formação superior e contínua dos formadores em direitos humanos e formação cívica.
 - Capacitar e envolver os jovens para que sejam capazes de identificar os problemas prioritários e de trabalhar para encontrar soluções, ativamente e em rede, garantindo a sua participação cívica e democrática atual e futura.
 - Capacitar a população no relacionamento com as instituições públicas nacionais e locais, através da educação não formal e da formação-ação.
 - Adequar a linguagem e os suportes de informação, nomeadamente para crianças e jovens portadores de deficiência ou com outras línguas maternas.
- Eixo 2: Aumento do apoio aos direitos humanos:
 - Promover programas de formação para públicos estratégicos da comunidade educativa e desenvolver conteúdos específicos para utilização em contexto escolar que fomentem o tratamento igualitário, educando para a convivência saudável e cívica com as diferenças.
 - Promover a criação de centros de referência de direitos humanos para implementar ações que visem a defesa e a promoção dos direitos humanos.
 - Promover campanhas públicas para a sensibilização massiva da sociedade em geral para os direitos humanos e a não discriminação.
 - Promover intervenções qualificadas e inovadoras na área da saúde mental, o que implica a sensibilização da comunidade em geral, entidades empregadoras e serviços sociais e de saúde, para a melhoria dos cuidados de saúde mental dos cidadãos.
 - Desenvolver campanhas nacionais de sensibilização, organizadas com a Sociedade Civil e instituições públicas, com o objetivo de desconstruir estereótipos e promover a mudança social.
 - Fomentar o diálogo com as instituições governamentais para promover a resolução de problemas dos grupos discriminados e criar sistemas de monitorização e penalização pelo não respeito dos seus direitos.
 - Fomentar programas de sensibilização/divulgação pública para as questões relacionadas com grupos vulneráveis, nomeadamente pessoas marginalizadas e em risco de exclusão e com deficiência.

- Eixo 3: Maior capacitação dos grupos vulneráveis:
 - Incentivar pequenas iniciativas emergentes que promovam a integração plena de pessoas com características de exclusão social, apoiando projetos de auto emprego em diferentes áreas ou pessoas com ideias para projetos inovadores, privilegiando o trabalho em rede e o uso de metodologias autenticamente participativas e promovendo as necessárias competências de gestão.
 - Reforçar as Redes Locais de Intervenção Social, incentivando o seu papel na capacitação dos grupos mais vulneráveis.
 - Intervir junto do indivíduo em exclusão social como um todo, de forma multidisciplinar, tendo em conta todas as suas necessidades - económicas, sociais, psicológicas e de saúde, capacitando-o para a empregabilidade.
 - Promover, através da administração local e movimento associativo, ações de proximidade e (re)integração de pessoas de etnia cigana e outras minorias étnicas, refugiados, migrantes, vítimas de violência doméstica, dependentes do álcool ou drogas, presos e crianças em risco, entre outros.
 - Desenvolver projetos co - construídos entre as instituições locais, poder local e poder central, que visem solucionar o problema relacionado com a empregabilidade efetiva e duradoura de públicos com deficiência. Desenvolver programas educativos não formais para jovens NEET que sejam precedentes à integração profissional destes jovens e capacitá-los para a empregabilidade.
 - Promover programas de reabilitação de agressores, com vista à prevenção de reincidências.
 - Criar grupos de tutoria para acompanhamento das pessoas mais vulneráveis e que tenham sido alvo de ações de capacitação.
 - Promover a criação de projetos da Sociedade Civil, centrados em propostas alternativas de educação - educação de segunda oportunidade, educação não formal e ensino artístico.
 - Apostar em ações que permitam a capacitação cívica das organizações ciganas e dos seus intervenientes, mobilizando também os mais jovens, de forma a combater o preconceito que tem existido em relação às suas comunidades.
- As soluções propostas relativas ao Eixo 4 foram abordados no ponto 4 deste documento.

6. Outras sugestões e observações

- Aposta em projetos fora das áreas metropolitanas e nos grupos-alvo menos apoiados:
Muito bom acolhimento da intenção de apoiar mais estes projetos. É também sugerido o incentivo a parcerias entre ONG de meios rurais e urbanos e mesmo a cativação de parte dos recursos do Programa para projetos em territórios mais desfavorecidos. O apoio previsto para a elaboração de candidaturas, para a gestão de projetos em curso e para a avaliação e prestação de contas foi considerado muito pertinente e, para alguns, um dos papéis centrais do Programa.
- Simplificação de procedimentos e documentos do Programa: deverá ser uma preocupação, tanto mais que será importante para que candidaturas de entidades com menor capacidade técnica tenham melhor possibilidade de cumprir os requisitos para aceder aos apoios. Face ao Programa Cidadania Ativa, as regras e procedimentos devem ser mais claros e os requisitos burocráticos e para prestação de contas menos exigentes.
- Abordagem transversal versus setorial: no caso do ambiente é explicitamente saudada a abordagem transversal por diversos interessados. Porém, outras organizações defenderam que deveriam existir Eixos específicos sobre Igualdade de Género e Ambiente.

- Estímulo à inovação social e à disseminação do conhecimento: é importante e deve incluir o reforço das ligações aos Centros Universitários e de Investigação e ao setor privado.
- Duração dos projetos apoiados: sugere-se que seja aumentada, face ao Programa Cidadania Ativa, para garantir a sustentabilidade dos resultados da intervenção e a melhor avaliação do seu impacto. Por outro lado, o período de tempo em que os concursos estão abertos é por vezes insuficiente para ser preparada a parceria necessária para a implementação de certos projetos.
- Divulgação do Programa: ênfase forte na divulgação do trabalho do Programa e das dificuldades com que os seus grupos-alvo se defrontam. Algumas sugestões realçam o recurso a “*story telling*”, à apresentação de boas práticas, bem como a importância da divulgação para o sucesso das iniciativas de “*crowdfunding*”.
- Avaliação dos projetos e medição do seu impacto: é repetidamente referida como uma necessidade, e dentro desse âmbito, é também frisada a importância da capacitação das ONG e da definição de uma metodologia de avaliação do impacto social dos projetos.
- Adoção de linguagem inclusiva (género) e de linguagem para invisuais (Braille).
- Expetativas de continuidade sobre aspetos considerados positivos na implementação do Programa Cidadania Ativa, nomeadamente:
 - rigor e transparência na avaliação de candidaturas;
 - incentivo à colaboração transnacional, particularmente no fomento à capacitação e intercâmbio de experiências; e
 - foco na capacitação, particularmente no que se refere à gestão de projetos e boas práticas na gestão financeira dos promotores.
- Outras sugestões pontualmente indicadas:
 - Troca de experiências: inclui a dinamização de grupos temáticos periódicos nas áreas que o Programa irá priorizar, contemplando o intercâmbio entre projetos e a criação de um acervo de informação de acesso público para disseminação de boas práticas.
 - Modelo de candidatura em três fases: este modelo compreenderia financiamento para a criação do diagnóstico, parceria e ideia de projeto; para implementação dos projetos; e para a disseminação dos produtos e resultados dos projetos e análise do impacto do mesmo.
 - Comissão de Acompanhamento do Fundo: seria composta por representantes das entidades apoiadas e destinada a contribuir a nível da monitorização do Programa. Também referido que o cumprimento de metas quantitativas não deve ser mais importante do que a qualidade do trabalho e a eficácia da intervenção.

30.01.2018